

PODER E SERVIÇO

A antiga herança e a novidade de Jesus (Mc 10,35-45)

José Raimundo Oliva

Um breve artigo pode contribuir para o esclarecimento de alguma questão sob determinados aspectos específicos. Pode também suscitar interrogações que estimulem debates que conduzam a novos aprofundamentos.

A questão do poder e sua relação com o serviço sempre foi debatida no âmbito do cristianismo. Retomá-la, agora, tem o sentido de reavivar alguns aspectos do debate e sugerir outros, particularmente tendo-se em vista os dias atuais que vivemos.

1. Conceito de “poder”

O termo “poder”, enquanto ação verbal, é um verbo auxiliar, sempre articulado com outro verbo. Aplicado a pessoas indica variadas modalidades de suas capacidades: você pode ver, pode ouvir, pode falar, pode andar, pode ser integrado na sociedade, pode se libertar de ideologias opressoras, pode viver plenamente (exemplos associados aos “milagres” de Jesus). De modo abrangente temos a característica de a pessoa poder decidir e agir livremente.

O “poder”, como substantivo verbal, aponta para uma concentração de “poderes” que inspira os questionamentos tais como: “o homem não é confiável no poder” (Montesquieu), “o poder corrompe” (Lord Acton), “Igreja, carisma e poder” (Leonardo Boff). Neste sentido o “poder” significa dominação e sujeição, tolhendo iniciativas e liberdades pessoais. Caracteriza-se como uma capacidade de ação coercitiva, exercida de modo personalista ou difuso, nem sempre necessariamente explícito, atuando sobre o conjunto das relações sociais e econômicas dos cidadãos, e impondo-lhes determinações que regulam seus modos de ser, comportamentos, interesses, ideologias, etc.

2. Uma abordagem neotestamentária – raízes bíblicas

No evangelho de Marcos encontramos duas sugestivas perícopes articuladas entre si: Mc 10,35-40.41-45.

“³⁵ Tiago e João, os filhos de Zebedeu, foram até Jesus e disseram-lhe: ‘Mestre, queremos que nos faça o que vamos te pedir’. ³⁶ Ele lhes perguntou: ‘Que quereis que vos faça?’ ³⁷ Disseram: ‘Conceda-nos que, na tua glória, sentemo-nos um à tua direita, outro à tua esquerda’. ³⁸ Jesus lhes respondeu: ‘Não sabeis o que estais pedindo. Podeis beber o cálice que eu bebo e ser batizados com o batismo com que sou batizado?’ ³⁹ Eles disseram-lhe: ‘Podemos’. Jesus replicou-lhes: ‘Do cálice que eu bebo, vós bebereis, e com o batismo com que eu sou batizado, sereis batizados. ⁴⁰ Todavia, o as-

sentar-se à minha direita ou à minha esquerda não cabe a mim concedê-lo, mas é para aqueles a quem está preparado.⁴¹ Ouvindo isto, os dez começaram a indignar-se contra Tiago e João.⁴² Chamando-os, Jesus lhes disse: *‘Sabeis que aqueles que julgam ser chefes das nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam.*⁴³ *Entre vós não é assim: ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor,*⁴⁴ *e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos.*⁴⁵ *Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e colocar a sua vida como meio de libertação de muitos*’”.

2.1. Análise das perícopes

O evangelho de Marcos (o primeiro, dentre os quatro canônicos, a ser escrito) apresenta três “anúncios da paixão” que se seguem à “confissão de Pedro”, o qual proclama Jesus como o messias (cristo) (Mc 8,27-33). Cada um destes “anúncios”, por sua vez, é seguido pela proposta ao discipulado à renúncia à aspiração ao poder, assumindo-se a prática do serviço. Particularmente, após o terceiro “anúncio”, temos a manifestação da aspiração ao poder da parte de dois discípulos, provocando a indignação, por despeito, dos outros. Marcos insiste em remover a característica de poder atribuída a Jesus, acentuando a opção fundamental como sendo o dom da vida no serviço aos mais necessitados e carentes.

As duas perícopes acima, que revelam a persistente incompreensão dos discípulos oriundos do judaísmo quanto à verdadeira identidade de Jesus, de seu ministério e de seu anúncio, são narradas no contexto em que Jesus com seus discípulos está a caminho de Jerusalém. Após exercer seu ministério na Galiléia, remanescente do antigo Israel invadido e dispersado pela Assíria¹, e nos territórios gentílicos vizinhos, Jesus caminha para Jerusalém, caracterizada em Mateus e Lucas como “cidade que mata os profetas” (Mt 23,37; Lc 13,34). No início desta caminhada os evangelistas narram o episódio da “confissão de Pedro”, no qual Pedro afirma sua visão gloriosa de Jesus, pelo que é repreendido no evangelho de Marcos (*epetimêsen*, o mesmo verbo de repreensão ao demônio, na sinagoga de Cafarnaum, Mc 1,25), enquanto que, em Mateus, Pedro é exaltado por sua compreensão².

1. A região da Galiléia, parte do antigo Israel (Reino do Norte), invadida por Teglat-Falasar III e tendo a população dispersa pelos assírios em torno de 734 a.EC, transformando-se em uma província da Assíria, é chamada de “território dos gentios” (*galil haggioim* – Bíblia Hebraica) por Isaías (8,23). A presença judaica, aí, passa a ocorrer em torno de 104-103 a.EC com a implantação de colônias por iniciativas e conquistas de João Hircano I e de Aristóbulo I. Poucas décadas depois (63 a.EC) a região fica sob o domínio romano, a partir da conquista de Pompeu. A presença judaica na Galiléia, no tempo de Jesus, é minoritária, prevalecendo as populações gentílicas, na ocasião do ministério de Jesus, estando a Galiléia sob a jurisdição do tetrarca Herodes.

2. Em Mt 16,15-19, Pedro é exaltado por ter uma compreensão não segundo a “carne ou sangue”, mas conforme o “Pai que está nos céus”, e Pedro é a “pedra sobre a qual é edificada a Igreja”, contra a qual “as portas do inferno não prevalecerão”. Contraditoriamente, na pericope seguinte, Mt 16,21-23, Pedro é “satanás”, “pedra de tropeço” e “não pensa as coisas de Deus mas as dos homens”. Na exaltação de Pedro pode-se pensar na ocorrência de uma interpolação tardia de cunho eclesiológico, enquanto que na pericope que a segue prevalece a condenação da visão triunfalista e messiânica, conforme o texto marcano.

No evangelho de Mateus encontramos o texto paralelo a estas duas perícopes (Mt 20,20-23.24-28), enquanto que Lucas, no seu evangelho, resume a primeira perícopos em um só versículo (Lc 22,24), desenvolvendo apenas a segunda (Lc 22,25-27).

Mateus atribui o pedido à mãe (sem nome), talvez para eximir os homens e comprometer a mulher com tal pedido equivocado, ao modelo de Eva, apresentada como indutora ao pecado de Adão no paraíso, conforme a visão patriarcal. Ou pode-se pensar, também, que Mateus tenha em vista a interferência de Rebeca, no momento da bênção do velho Isaac, favorecendo seu filho Jacó no lugar do outro filho, Esaú, sendo que, agora, a mãe de Tiago e João intercede diante de Jesus em favor de seus dois filhos.

O desejo dos dois discípulos de estar “à direita e à esquerda” no almejado momento da glória (v. 37) está em contradição com a realidade, no momento da cruz, quando quem está à direita e à esquerda são dois condenados por crime (Mc 15,27; *lestes* – comumente traduzido por “ladrões”; trata-se, possivelmente, de agitadores subversivos contra o poder romano, aos quais, principalmente, era destinada a pena de morte na cruz). O fundamento desta manifestação do desejo ambicioso dos discípulos é a maneira como viam Jesus: o messias davídico que, com poder, restauraria o reino de Israel. Os discípulos merecem a repreensão de Jesus: não sabem o que estão pedindo (v. 38). Contudo sabem como agem os poderosos (v. 42) e desejam identificar-se com eles.

A proposta de Jesus aos discípulos é “beber o cálice que eu bebo (*pinô*) e ser batizados com o batismo com que sou batizado (*baptizomai*)” (v. 38). Os dois verbos “bebo” e “sou batizado”, no texto grego, indicam uma ação contínua que está em andamento (indicativo presente). Nas diversas edições em português (exceção para a ARA/ARC) os dois verbos são traduzidos no tempo futuro: “beberei” e “serei batizado”. No evangelho de Mateus temos: “eu devo beber” (Mt 20,22 – *ego mello pinein*), o que tem um sentido expresse da ação a ser desenvolvida no futuro, caracteristicamente messiânica.

O “cálice” (*kós* – hebraico; *potêrion* – grego) é uma imagem presente no Primeiro Testamento, com o sentido do gozo da felicidade, pois é com o cálice que se bebe o vinho, que até transborda, e que alegra o coração nas refeições partilhadas: Sl 16 (15),5 – “Javé, minha parte na herança e meu cálice, és tu que garantes a minha porção”; Sl 23(22),5 – “Diante de mim preparas uma mesa, à frente dos meus opressores; unges minha cabeça com óleo, e meu cálice transborda”; Sl 116(114-115),13 – “Erguerei o cálice da prosperidade (*kós-ishuot* – bíblia hebraica) invocando o nome de Javé”. Pode ser também o cálice da consolação aos que estão de luto: Jr 16,7 – “Não partirão o pão ao que está de luto para consolá-lo por um morto; não lhe oferecerão o cálice de consolação (*kós tanh’umin* – Bíblia Hebraica) por seu pai e por sua mãe”. Porém pode levar à embriaguez: Pr 23,31 – “Não olhes para o vinho, quando se mostra vermelho, quando resplandece no cálice e se escoia suavemente”.

Ironicamente, os inimigos beberão até à embriaguez e serão humilhados:

– Lm 4,21 – “Regozija-te e alegra-te, ó filha de Edom, que habitas na terra de Hus; o cálice chegará também para ti; embebedar-te-ás e mostrarás tua nudez...”;

– com esta conotação, o cálice é o julgamento para os inimigos: Sl 11,6 “Sobre os ímpios fará chover armadilhas, fogo, enxofre e vento tempestuoso; eis a porção do seu cálice”;

– é o cálice de vinho impuro dado a beber aos inimigos de Israel: Sl 75,8 “Pois o Senhor tem na mão o cálice com vinho fervente, cheio de mistura: todos os ímpios da terra o beberão até à borra”;

– é o cálice da ira de Javé que castiga, de modo passageiro, seu povo em Jerusalém: Is 51,17.22 “Desperta, desperta, levanta-te, ó Jerusalém, que bebeste da mão do Senhor o cálice de sua ira (*cós h’amatu* – Bíblia Hebraica), a taça da vertigem, e esvaziaste o cálice até a borra... Eis que vou retomar de tuas mãos o cálice da vertigem, taça e cálice da minha ira, e não mais o beberás”;

– é, de modo especial, o cálice do furor de Javé a todas as nações: Jr 25,15.17.28: “...Toma de minha mão este cálice do vinho da ira³ e fazes beber dele todas as nações às quais eu te enviar... Eu tomei o cálice da mão de Javé e fiz beber dele todas as nações às quais Javé me enviara... E se recusarem a beber o cálice da tua mão, tu lhes dirás: Assim diz Javé dos Exércitos: ‘Vós bebereis’...”;

– no apocalipse aparecem abundantemente cálices e taças (*potêrion*, 4 vezes, e *phialas*, 12 vezes) como sofrimentos infligidos à “Babilônia” (Roma) por Deus, em sua ira.

No contexto do evangelho de Marcos, pode-se entender que Jesus refere-se ao “cálice” que ele bebe, no sentido mais próprio, como o cálice da alegria da ceia partilhada, com pão e vinho. É Jesus em comunhão de vida e partilha com as multidões de excluídos. É a festiva refeição com Levi e seus amigos publicanos e pecadores. É o cálice do vinho da alegria tomado nas bodas de Caná, no início de seu ministério (Jo 2,1-12) e, certamente, na última refeição comunitária, dois dias antes da Páscoa, em Betânia (Mc 14,3-9)⁴, em casa de Lázaro, Marta e Maria, bem como na ceia associada à Páscoa judaica, com os discípulos, em Jerusalém (Mc 14,12.17-18.23-25).

Mateus, na passagem paralela em seu evangelho, refere-se apenas ao cálice, descartando a menção ao batismo. E esta referência é feita em uma ação a ser desenvolvida no futuro, como mencionamos acima: “o cálice que estou predestinado a beber” (Mt 20,22 – *to potêrion ‘o egô melô pinein*). Estando Jesus a caminho de Jerusalém, com o desfecho de seu ministério na cruz, o cálice a ser bebido (futuro) passa a ter o sentido do

3. O “vinho da ira” (*yayin hēmā* – hebraico; “wine of wrath”) inspirou o título do livro de John Steibeck, *Vinhas da Ira* (“Grapes of Wrath”), publicado em 1939, levado ao cinema em 1940 com o filme homônimo sob a direção de John Ford. O tema do livro é uma família migrante que busca a sobrevivência na Califórnia, nos anos 1930, encontrando a resistência e entrando em conflito com proprietários locais, entre os quais encontravam-se remanescentes mexicanos que tiveram seu território usurpado pelos Estados Unidos da América do Norte em 1848. O pano de fundo é o Êxodo de Moisés. A “ira” é exaltada como um elemento que impulsiona à conquista e sobrevivência. O mesmo título *Vinhas da Ira* foi escolhido pelo exército de Israel, em 1996, para designar a operação de invasão e extermínio sobre o Líbano, sob o primeiro-ministro Shimon Peres, com ações que extrapolaram a violência, de maneira semelhante à recente invasão de 2006, sob o primeiro-ministro Ariel Sharon.

4. Nesta ceia uma mulher (Maria, irmã de Marta) unge Jesus com perfume. Jesus afirma que este gesto deve ser lembrado em todo o mundo, onde quer que seja proclamado o Evangelho (Mc 14,9).

sofrimento da paixão. A afirmação de Jesus passa a ter um sentido messiânico, deuteronômico e sacrificial, de sofrimento necessário para a redenção, conforme a interpretação das comunidades de discípulos oriundos do judaísmo, após a morte de Jesus.

A opção por “beber o cálice” como sendo o submeter-se ao sofrimento (paixão) corresponde a uma teologia da transposição do messias terrestre, frustrado segunda as expectativas dos discípulos, para o messias glorioso celeste, ressuscitado, que por sua paixão e morte mereceu a glória da ressurreição, sendo agora, o messias poderoso celestial, sentado no trono e Cristo Rei. A teologia messiânica do poder reveste o humano divino de Jesus com o glorioso Cristo ressuscitado, com poder manifesto nos céus, o qual é apresentado como sendo a esperança dos fiéis terrestres. É o Cristo Rei, cabeça da Igreja. É o modelo para a instituição eclesial emergente, que culmina usufruindo a parceria dos reis da terra. Porém podemos imaginar outro modelo: apenas o simples Jesus de Nazaré, presença e comunicação do amor divino e eterno do Pai, entre as multidões de homens e mulheres excluídos. Temos aí um modelo diferente para aqueles que se colocam à frente das comunidades, em suas roupas, em seus lugares de moradia e em seus relacionamentos sociais, e em sua prática religiosa.

Além da proposta do cálice, Jesus propõe também: “podeis... ser batizados com o batismo com que sou batizado?” O batismo de João, no evangelho de Marcos, tem um destaque maior do que nos outros evangelhos, pois é com este batismo que o seu evangelho se inicia, enquanto Mateus e Lucas iniciam seus evangelhos com as narrativas de infância, e João, com o prólogo do Verbo eterno que se fez carne. O evangelho de Marcos segue a trajetória delineada por Pedro, conforme Lucas em Atos dos Apóstolos, ao escolherem quem preencherá a vaga de Judas para recompor o total de doze apóstolos: o apóstolo deve ser alguém que acompanhou Jesus “a começar do batismo de João até o dia em que foi capturado (*anelêmftê*, indicativo aoristo passivo de: *analambanô*) dentre nós” (At 1,21-22).

João Batista deu início a um consistente movimento de ruptura com as tradições do Templo e de Jerusalém. Sendo filho de sacerdote do Templo, abandonou esta herança tradicional e afastou-se de Jerusalém, dirigindo-se às periferias (“deserto”) para aí fazer seu anúncio da conversão à justiça, pela qual os pecados são superados. Após a prisão e morte de João Batista, discípulos seus ainda continuam sua tradição em comunidades paralelas ao movimento de Jesus, como se vê em algumas referências a estes discípulos nos evangelhos e em Atos. Jesus foi atraído pela pregação de João e se fez seu discípulo, recebendo seu batismo. A insistência das diversas afirmações sobre a subalternidade de João a Jesus, encontradas nos evangelhos, sugerem uma elaboração tardia das comunidades, após a morte de Jesus, para o convencimento dos remanescentes discípulos de João a aderirem ao movimento de Jesus⁵. O assumir o batismo de João por Jesus é uma das características do projeto da encarnação, pelo qual tudo que há de bom, verdadeiro, e justo, na humanidade, é assumido por Deus como o caminho e a inserção na vida eterna e divina. Após o batismo de João, Jesus muda sua rotina de

5. As relações entre João Batista e Jesus são analisadas com profundidade por John P. Meier, *Um judeu marginal*. Rio de Janeiro, Imago: 1996; Vol. II, 1 (Mentor).

vida, dando início ao seu ministério itinerante. O anúncio inicial de Jesus é o mesmo de João, que é o apelo à conversão em vista da chegada do Reino de Deus (ou dos Céus, em Mateus) (Mc 1,4; 1,14-15; Mt 3,2; 4,17). Jesus inova em relação à pregação de João. Primeiramente, abandonando o “deserto” e indo ao encontro das comunidades urbanas e rurais. E também anunciando que a conversão à prática da justiça é agradável a Deus que, assim, comunica seu Espírito Santo de amor (cf. At 10,34; 11,16-18, nas falas de Pedro).

O caminho seguido por Jesus está em conformidade à proposta do batismo de João. É o batismo com que Jesus “é batizado”. É o compromisso com a prática da justiça que resgata a vida dos pobres e excluídos, integrando-os na vida plena que, por Jesus e pelo dom do Espírito Santo, é a participação da própria vida divina e eterna do Pai. Os discípulos são estimulados a aderirem e serem perseverantes neste batismo de solidariedade com os oprimidos renunciando a privilégios e ambições de ascensão ao poder.

Quando, nas duas perícopes acima selecionadas, se vê nas traduções a mudança do presente contínuo dos verbos “beber” e “batizar” para o futuro, conforme destacamos antes, percebe-se a profunda influência da tradição cristã milenar, que induz a minimizar os traços da humanidade de Jesus transformando-o no messias glorioso ressuscitado. Com esta mudança no tempo verbal, Jesus não está mais falando daquilo que vem vivendo entre as multidões de excluídos, libertação e comunhão de vida, mas estaria falando da sua paixão que o espera em Jerusalém, e que será seguida da gloriosa ressurreição, “situando-se acima de todo principado e poder e potestade e soberania...” (Ef 1,20-23).

De um lado temos: o batismo de João, compromisso com a justiça; o cálice da alegria, do convívio com Jesus e da comunhão com os irmãos, no serviço e no pleno amor. É a comunhão com Jesus, que é a comunhão com o Pai, no Espírito Santo, com Deus. Por outro lado temos: o cálice do sofrimento e o batismo na morte, pelo que se merece a ressurreição, núcleo central da teologia paulina. Esta segunda interpretação segue a teologia deuteronômica do Primeiro Testamento: eleição e aliança, pecado, castigo de Deus e sofrimento, arrependimento, reconciliação e glória. Pelo sofrimento alcança-se a glória e o poder.

Aprofundando sua resposta aos discípulos, na segunda perícope, Jesus passa a referir-se aos chefes das nações e a seus grandes. Após ter dito, no início: “Não sabeis o que estais pedindo...”, com certo sabor de ironia, agora, afirma aos discípulos: “Sabeis que aqueles que julgam ser chefes das nações as dominam, e os seus grandes as tiranizam...” E estes próprios discípulos haviam manifestado sua aspiração de ascensão ao poder.

Nesta fala de Jesus, com um mesmo teor nos três evangelhos sinóticos, transparece que o exercício do poder tem uma força sedutora que induz à prática da opressão e da tirania. Em Marcos, particularmente, a própria condição de chefes das nações seria a expressão de um sistema de concentração de poder e dominação: os que “julgam ser (*dokountes*)” chefes das nações.

Segue-se a outra afirmação: “Entre vós não é assim” (*estin*, em Marcos), também no presente contínuo (*estai*, no futuro, em Mateus, “não será assim”). A proposta é uma inversão dos valores que vigoram em um mundo de ambições: quem quiser ser grande ou o primeiro dentre os demais seja o servidor de todos. A afirmação, em Marcos, do serviço como uma realidade já vivida entre os discípulos vale, não pela própria iniciativa destes discípulos, ainda tomados pela ambição, mas pelo testemunho de Jesus, que está entre eles como aquele que serve: “Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e colocar a sua vida como meio de libertação (*lytron*) de muitos” (Mc 10,45).

Nos evangelhos, Jesus, inúmeras vezes, refere-se a si mesmo como “o Filho do Homem” (*uie anthrôpou* – LXX; *ben adam* – Bíblia Hebraica). Esta expressão é frequente no Primeiro Testamento, exprimindo a fragilidade da condição humana (por ex. Sl 8,4 “Que é o homem mortal para que te lembres dele? E o filho do homem, para que o visites?”). No livro de Ezequiel este título é encontrado 94 vezes, e uma vez em Dn 8,17, com o mesmo sentido de fragilidade humana. Contudo, uma única vez é usado no livro de Daniel, na forma aramaica, com o sentido de uma vinda poderosa sobre as nuvens, como alusão ao povo redimido de Israel, que é animado com a esperança da libertação do domínio do império helênico, passando a ser este próprio povo de Israel o dominador das nações (Dn 7,13-14 – ¹³“Eu estava olhando nas minhas visões noturnas, e eis que vinha sobre as nuvens do céu um como o filho do homem (*bar ’ênash* – aramaico, única ocorrência na Bíblia Hebraica; porém o mesmo *’uios ’antrôpou* na LXX); e dirigiu-se ao ancião, e o fizeram chegar até ele. ¹⁴E foi-lhe dado o domínio, e a honra, e o reino, para que todos os povos, nações e línguas o servissem; o seu domínio é um domínio eterno, que jamais passará, e o seu reino, o único que não será destruído”.

Nos blocos das tradições das comunidades cristãs, originárias do judaísmo, sobre o “discurso escatológico” e sobre a “Paixão”, o “Filho do Homem” (Mt 24,30; 26,46; Mc 13,26; 14,62) é interpretado conforme a única referência de Dn 7,13. Pode-se ver aí uma interpretação induzida pela opção preferencial pelo poder, agora na forma celestial, porém, que passa a ser modelo para a prática terrena.

Contudo, Jesus, o Filho do Homem, humildemente vem com seu serviço, no seu batismo da justiça e com o cálice da comunhão fraterna, libertar os humilhados e oprimidos.

Em resumo, podemos destacar três aspectos nas duas perícopes em foco:

1. o tema messiânico: o pedido dos discípulos manifesta que, primeiramente, eles viam Jesus como o messias glorioso e, assim sendo, externam sua ambição em participar e usufruir de seu poder. É a compreensão messiânica de poder e glória para Israel, conforme a tradição que tem sua origem em Davi e no império que implantou, conforme esta mesma tradição.

2. caracterização do poder: na resposta de Jesus fica em evidência o uso do poder como instrumento de dominação e tirania;

3. a proposta do serviço como o caminho da libertação: o próprio Jesus se apresenta como testemunha de uma vida consagrada ao resgate dos humilhados e oprimidos.

Fica assim descartado, de maneira incisiva, o caráter messiânico da missão de Jesus. Complementarmente a esta afirmação, convém recordar que, consensualmente, o messianismo celeste de Jesus é uma criação das comunidades de discípulos oriundos do judaísmo, após a crucificação de Jesus.

3. A herança messiânica que prioriza o poder no Primeiro Testamento

Os textos do Primeiro Testamento, cuja composição final se dá no período pós-exílico, além dos acentos próprios do sacerdócio sadoquita envolvido no trabalho redacional, convergem para Judá e para a figura Davi, como figura central da história de Israel, desde as origens.

Na elaboração da sucessão genealógica, Abraão, Isaac e Jacó, já se pode ver o estabelecimento de uma unidade entre as tribos acentuando a supremacia de Judá. Em Judá era cultivada a memória de Abraão, enquanto Isaac estava vinculado a uma tradição da tribo de Simeão, ao sul da Palestina, e Jacó a tradições da região central, de Efraim e Manasses⁶.

Na profecia de Balaão, “uma estrela procedente de Jacó se torna chefe e um cetro subirá de Israel” (Nm 24,17), se vê a figura de Davi rei.

É pela intervenção de Judá que José, que tinha sido lançado em uma cisterna por seus irmãos, é retirado e vendido a uma caravana de ismaelitas que se dirigem para o Egito (Gn 37,26-27). Assim, os sucessos do futuro, com Efraim e Manassés, filhos de José, podem ser creditados à intervenção de Judá.

Um jovem levita que residia em Belém, em Judá, se torna sacerdote de Micas, em Efraim (Jz 17,7.12) e, com ele, é fundado o santuário de Silo (Jz 18,31), que receberá a arca, a qual terminará em Jerusalém, levada pelo rei Davi (2Sm 6,12), sendo depois depositada no Templo de Salomão (2Rs 8,1-9). Para a Torá Samaritana⁷ este é o divisor de águas que separa as autênticas tradições de Israel, mantidas pelos samaritanos, que têm Siquém e Betel como referência, das tradições davídicas veiculadas em Judá, contidas em sua Torá Judaica.

A instituição da realeza, com Saul, membro de uma próspera família benjaminita, choca-se com a experiência tribal de um convívio descentralizado e partilhado. E ainda mais, com a implantação da realeza de Davi, em Judá por sete anos e, depois, em “todo Israel e Judá”, por trinta e três anos (2Sm 5,5), se deflagra um processo de centralização de poder político, militar e religioso, em Jerusalém e em seu Templo. Assim se configurou uma ruptura em relação àqueles ideais tribais, que ainda permaneciam entre os profetas do norte de Israel. É a consagração do “poder” que permanecerá para

6. Pixley, J. *A história de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1991, p.21.

7. Na Samaria, região central da Palestina, parte remanescente do antigo Israel (Reino do Norte), guardou-se a memória das origens abraâmicas e mosaicas do povo de Israel, particularmente com os textos da “Torá Samaritana”. Estes textos parecem ter sido compilados em meados do período helênico, e reivindicam para a Samaria a autêntica herança de Israel, em contraposição com a Torá judaica, que tem origem no davidismo de Judá e no judaísmo que surgiu no pós-exílio. O evangelho de João, inclinado à acolhida dos samaritanos com sua Torá própria, denuncia o afastamento do judaísmo davídico em relação a Abraão e Moisés.

sempre. Assim é formulada a “profecia de Natã”, dirigida a Davi: “Eu serei para ele um pai e ele será para mim um filho... A tua casa e a tua realeza subsistirão para sempre diante de mim, e o teu trono se estabelecerá para sempre” (2Sm 7,14.16). Fica, assim, solidamente fundado o messianismo⁸ davídico, intimamente associado à conquista e ao exercício do poder.

Na reconquista da autonomia das tribos de Israel, ao norte, com Jeroboão, é expressiva a afirmação: “Quando todo Israel viu que o rei (Roboão, filho de Salomão) não os ouvia, responderam-lhe: ‘Que parte temos com Davi? Não temos herança com o filho de Jessé! Às tuas tendas, ó Israel! E agora, cuida da tua casa, Davi!’” Na referência às “tendas” de Israel vê-se uma memória do antigo tribalismo, enquanto que à “casa” de Davi, vê-se a sua dinastia real, sua capital, Jerusalém, e o Templo de Salomão, expressões da concentração do poder. Nas narrativas elaboradas pela corte davídica, “Judá” sempre é mencionado como diferenciado e acima de “Israel”. Depois do desaparecimento de Israel (Reino do Norte), Judá (Reino do Sul) se proclama como sendo o verdadeiro “Israel”, e assim, mais tarde, também se proclamam as elites do judaísmo que retornam do exílio da Babilônia para a Judéia, já sob o domínio persa, retorno este fruto das alianças estabelecidas com Ciro e seus sucessores.

Depois do desaparecimento de Israel (Reino do Norte), com a dispersão promovida pela Assíria em torno de 722 a.EC, Judá (Reino do Sul) passou a considerar-se o autêntico “Israel”, inclusive com a interpretação teológica de que Israel (Reino do Norte) desapareceu por causa de sua infidelidade, castigado por Javé, enquanto que a preservação de Judá era a expressão de sua escolha divina. A escolha divina recaía principalmente sobre a figura de Davi e sua dinastia. Embasado nesta configuração teológica, será fundamentado o judaísmo que se consolidou no pós-exílio. E esta concepção prevalecerá na compilação e redação final do Primeiro Testamento.

4. O movimento profético e o messianismo davídico

Os textos do Primeiro Testamento apresentam, em geral, o movimento profético como a favor da realeza e garantia da realização messiânica davídica. No período da implantação da realeza, relacionados ao profeta Samuel encontramos alguns textos contra esta realeza (1Sm 8,6-18; 12,17.19; em 1Sm 15,23.35 a rejeição a Saul prepara a exaltação de Davi como rei escolhido por Javé, em 1Sm 16,1). Porém, com textos decididamente a favor da realeza, é por Samuel que, em nome de Javé, são ungidos Saul e Davi. O rei, então, é designado pelo título de “ungido” (no hebraico: *mashiah* – “messias”; no grego: *christós* – “cristo”). O próprio rei Ciro, que derrota a Babilônia e faz um pacto com as elites exiladas provenientes de Jerusalém, é exaltado com o título de “messias” ou “cristo” (Is 45,1).

8. A palavra “messias” resulta do aportuguesamento da palavra hebraica *mashiah*, e sua tradução é “ungido”. Equivalente a ela, temos a palavra “cristo”, resultante do aportuguesamento do grego *christós*. A palavra *mashiah*, da Bíblia Hebraica, é traduzida por *christós*, na versão grega LXX. O título de “messias”, ou “cristo”, é abundantemente atribuído a Davi nos dois livros de Samuel e nos Salmos. O messianismo, substancialmente, exprime a expectativa da vinda de um novo Davi, o “filho de Davi”, que restauraria a glória e o poder do antigo reino de Davi, conforme a épica tradição de Israel.

No período da realeza temos os profetas de Israel (Reino do Norte) e de Judá (Reino do Sul). Em Israel, subsistem as memórias dos profetas populares, Elias e Eliseu, que lutam em defesa do povo contra o rei Acab e a rainha Jezabel, que querem submeter o povo à idolatria de Baal, usado como instrumento de dominação do povo pela corte real. Dois outros profetas, Amós e Oséias, exerceram sua ação profética em Israel. Amós era originário de Judá, porém foi profetizar em Israel, denunciando as injustiças praticadas pela corte real. Depois de Amós surgiu Oséias, o grande profeta de Israel. Para Oséias a monarquia é o grande mal histórico. As raízes deste mal estão em Guilgal, onde Samuel ungira Saul (Os 9,15), e em Gabaá, povoado de origem de Saul (Os 10,9). Os reis, que significam uma transgressão da Aliança, foram instituídos sem o consentimento de Javé (Os 8,1-4). E o povo que quis um rei, atingido pelo sofrimento, não terá quem o salve (Os 13,10-11).

O fato de que não se tem nenhuma memória de uma teologia real elaborada no reino de Israel (Reino do Norte) pode significar que, aí, os sacerdotes e profetas não estavam estritamente vinculados à corte real, ao contrário do que aconteceu em Judá (Reino do Sul), com Davi e sua dinastia. A teologia de poder e glória da realeza de Davi e de sua dinastia foi solidamente elaborada pelos profetas e sacerdotes da corte de Jerusalém, e foi feita a espinha dorsal do Primeiro Testamento. A centralização política e religiosa em Jerusalém e no seu Templo, em Judá, efetivada por Davi e Salomão, sempre foi contestada por Israel, ao norte, particularmente como sendo um desvio das suas tradições mais autênticas.

Entre os profetas de Judá predomina a defesa de uma realeza justa, sem nenhuma contestação da própria existência desta realeza que mantém a relação de poder elitista e opressor sobre o povo carente e submisso. Isaías, por exemplo, um profeta da corte e do Templo, denunciava os abusos de poder das elites, porém esperava e anunciava a vinda de um bom rei da dinastia davídica. Neste sentido é feita a profecia do “Emanuel” (Is 7,13-15; 9,5-6), aludindo a um filho de Acáz, que seria o futuro rei Ezequias, estando assim “assegurado o estabelecimento de uma paz sem fim sobre o trono de Davi e sobre o seu reino, firmando-o e consolidando-o sobre o direito e a justiça”. Ezequias é o “bom rei” que conta com o apoio de Isaías. O mal não estava na realeza e na dinastia davídica, mas naqueles reis maus que não honravam esta dinastia.

Nas vésperas do exílio da Babilônia, sob os reinados de Josias, Joaquim e Sedecias, Jeremias, descendente do sacerdote Abiatar, exilado em Anatot por Salomão, também fazia críticas aos abusos de poder religioso e civil. De modo particular, durante o reinado de Joaquim, Jeremias discordava da política de aliança com o Egito, em resistência ao domínio do império da Babilônia, pregando a submissão a este império. Porém suas críticas não colocavam em questão a própria existência da própria realeza, com sua estrutura de privilégios, poder e ambição.

O único profeta, em Judá, que contesta a própria realeza é Miquéias, que foi contemporâneo de Isaías. Miquéias é de origem camponesa, e se levanta de maneira contundente contra a opressão do povo. Os chefes e magistrados são “aqueles que comeram a carne de meu povo, arrancaram-lhe a pele, quebraram-lhe os ossos, cortaram-no

como carne na panela e como vianda dentro do caldeirão...” (Mq 3,3). “Jerusalém, construída com sangue e injustiça, se tornará um lugar de ruínas e o monte do Templo, um lugar de floresta” (Mq 3,10.12). Embora muito adulterado, o texto de Miquéias parece sugerir um levante popular contra os chefes de Jerusalém.

Desde as origens, Javé é apresentado, no Primeiro Testamento, como agindo com poder e violência em favor do povo eleito, como, por exemplo, na saída do Egito, com as pragas sobre o povo egípcio, particularmente a morte de todos os seus primogênitos, e na invasão de Canaã, com o extermínio de seus povos. Na realeza davídica este poder passa a ser um poder do rei e do Estado, consagrado pela escolha divina.

O messianismo, entendido como a esperança de um novo Davi, um “filho de Davi”, surge no exílio da Babilônia, quando a realeza de Judá desaparece. No período do pós-exílio vários textos de esperança messiânica são inseridos nos textos antigos compilados e reelaborados, inclusive nos textos dos vários profetas. Na última fase da sucessão histórica: Israel → Judá → Judéia (retorno das elites exiladas, com a inauguração do judaísmo por Esdras), o messianismo davídico se desdobra na expectativa apocalíptica e escatológica, sob os sucessivos impérios babilônico, persa, helênico e romano. No último século antes de Jesus, talvez pela decepção sofrida sob os reis hasmoneus, emergiu um certo “messianismo” popular, confuso e difuso, onde o esperado não seria mais o poderoso rei filho de Davi, mas um profeta popular como Elias ou Eliseu, que libertaria o povo da Judéia das opressões interna, a partir do Templo de Jerusalém, e externa, a partir do Império Romano.

O tradicional messias davídico esperado traz consigo toda a carga de poder e violência dominadora, com o respaldo divino, presente nos textos do Primeiro Testamento. E esta esperança messiânica – um misto de libertação, violência, poder e opressão – está presente na doutrina religiosa dos discípulos de Jesus, oriundos do judaísmo.

5. A novidade de Jesus: o serviço como distinto e contraposto ao poder

Nas duas perícopes analisadas, Jesus revela-se como aquele que serve, e não como aquele que é servido. Jesus coloca-se claramente à margem dos sistemas de poder, religioso ou civil. A sua novidade é o resgate da dignidade humana a partir de novos relacionamentos, os quais permitem a formação de novas comunidades que se constituem como a base de uma nova sociedade.

O ministério libertador e vivificante de Jesus na Galiléia e territórios gentílicos vizinhos é sempre cercado pelas multidões de excluídos, revela a sua prática de serviço amoroso e o descaracteriza como um messias davídico, cujo habitat seria a Judéia e Jerusalém. Com sua prática Jesus se diferencia do messianismo, cujos pilares são a eleição de um povo, as observâncias da Lei, a pureza racial e ritual, a centralidade do Templo de Salomão e de Jerusalém, cidade de Davi, bem como a tradição de um império poderoso instaurado por este rei Davi.

A libertação é uma ação própria do amor e não do poder. Na perspectiva do poder, fala-se na libertação da opressão de um tirano ou de um império, entendida como toma-

da do poder a partir do confronto de “poderes”, geralmente com violência. Porém, na perspectiva do amor, temos a libertação vivida pelo assumir novos relacionamentos fraternos, familiares, comunitários e sociais, caracterizados pela prática do serviço, da partilha, da acolhida das diferenças, do respeito à dignidade humana e da promoção da vida.

Nos evangelhos sinóticos, a contraposição entre poder e serviço está associada a cada um dos três anúncios da paixão. O anúncio da paixão é a confirmação de Jesus quanto à sua fragilidade humana, própria da condição comum dos homens e mulheres. E, neste caso, trata-se de uma fragilidade diante da violência praticada pelos poderosos deste mundo. A força transformadora não resulta de uma resistência por um confronto violento, mas sim da persistência na prática libertadora do amor. Contrapondo-se ao messias glorioso de Pedro, Jesus propõe o “perder a vida” de sucesso, poder e glória neste mundo, por causa dele, com o que se encontra a vida plena (Mc 8,27-37 e paralelos). Diante da discussão dos discípulos sobre quem seria o maior, Jesus propõe a prática do serviço e a humildade e confiança em Deus, como uma criança (Mc 9, 30-37 e paralelos, e assim também nas perícopes agora analisadas).

6. O mundo de hoje

Pode-se perceber que o caráter imperial eclesial cristão que se manifesta na história tem raízes mais profundas que vão além de Roma e da cristandade constantiniana, mergulhando até Jerusalém, cidade de Davi, com o Templo de Salomão, aonde todos os povos virão adorar, e com a esperança messiânica-cristã, davídica, que são os pilares da aspiração ao poder e à hegemonia mundial, religiosa e política, sobre todos os povos.

O mundo de hoje, decorridos dois mil anos de história após o nascimento de Jesus, se apresenta com uma configuração religiosa em que o cristianismo é hegemônico na Europa e nas Américas. Esta realidade carrega a história de uma Europa cristã colonizadora e imperialista, sobre a África, Ásia, Oceania, e sobre as Américas, imperialismo este marcado pela ação violenta. Esta história converge para o imperialismo atual estadunidense cristão, com a plena parceria do Estado de Israel, surgido no século XX, e da Europa, particularmente da Inglaterra, sua antiga colonizadora. É uma realidade que evidencia o caráter de poder e violento deste cristianismo, emergente do judaísmo.

Nesta realidade, contudo, por um lado nos deparamos com os núcleos de poder, que se afirmam como “chefes das nações” ou como “donos do dinheiro”, no atual capitalismo financeiro dirigido por deuses humanos ocultos pelo véu do anonimato. Por outro lado, encontramos as multidões populares que sofrem a opressão destes poderes. Claramente, nos evangelhos, Jesus identificou-se com estas multidões excluídas e oprimidas. Nestas multidões certamente há uma introjeção da ideologia do opressor, como foi bem realçado por Paulo Freire. Contudo entre todos há profundamente a aspiração à paz, à vida, à felicidade, como porta aberta a uma ação transformadora.

Jesus, descartando a opção pelo poder, com sua prática exemplar dedica-se ao serviço amoroso da libertação dos oprimidos e excluídos, empobrecidos, no empenho de comunicar-lhes a vida digna, que gera felicidade e alegria. É este o perfil de um

compromisso social. No mundo pluralista de hoje, que relativiza as pretensões de qualquer religião que se afirma como hegemônica, percebe-se, entre os diversos povos, as várias manifestações válidas em busca de um mundo novo, de justiça e paz. Sucedem-se os fóruns sociais mundiais. As organizações dos trabalhadores sem-terra e dos sem-teto se consolidam, as Comunidades Eclesiais de Base procuram se revitalizar e são inúmeros os movimentos sociais que se empenham na remoção das barreiras da discriminação e da exclusão, na promoção da dignidade humana e no elã ecológico de resgatar a própria natureza, que sofre, também, a violência do poder.

Vários são os caminhos, seja pela via religiosa, seja pela via secular. Uma das metas aspiradas é a unificação destes movimentos, em busca da unidade. Pode-se buscar um consenso em torno de alguns aspectos éticos que orientam as ações: a igualdade de todos quanto à dignidade, o direito de todos na satisfação de suas necessidades básicas, alimentação, moradia e terra, saúde, educação, trabalho justamente remunerado, lazer, bem como o caráter de injustiça na acumulação das riquezas, a qual já era denunciada pelos Padres da Igreja Basílio e João Crisóstomo.

As mudanças sociais realmente favoráveis aos interesses do povo trabalhador e do povo excluído acontecerão a partir das organizações deste próprio povo, com uma consciência global cada vez mais consistente e um desejo cada vez maior de um mundo de justiça e paz.

A universalidade da mensagem de fraternidade e amor de Jesus permite o sonho do mundo novo possível. E este sonho tem a força transformadora que move à construção da nova sociedade.

José Raimundo Oliva
Rua Tabatinga, 84 – Cordeiro
50640-210 Recife, PE
jraimundoliva@hotmail.com